

CLWP EÓLICA PARQUE XI S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CLWP Eólica Parque XI S.A. ("CLWP XI" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2023. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Eólica Campo Largo XI, com potência instalada de 16,8 MW, garantia física de 8,7 MW médios e energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A CLWP XI é uma das 11 Centrais Eólicas (Centrais) que compõem o Conjunto Eólico Campo Largo II, e está localizada entre os municípios de Umburanas e Sento Sé, Estado da Bahia.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Central.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da CLWP XI pertence à CLWP Brasil II Participações S.A., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio da TAG – Transportadora Associada de Gás – em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira em 2023 apresentou desempenho levemente superior ao projetado pelos economistas e pelo mercado, com inflação mais controlada e corte nas taxas de juros. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9%, ajudado pelo bom desempenho do mercado de trabalho formal e do agronegócio. O país colheu uma supersafra e se beneficiou de preços ainda elevados das commodities no cenário internacional. Se em 2022, a maior parte da contribuição para o PIB veio da indústria e dos serviços, em 2023 o impulso veio do agronegócio e das atividades de extração. Os setores industrial e de serviços continuaram sendo afetados pelos juros em patamares ainda altos.

A inflação baixou gradualmente e encerrou o ano em 4,62%, portanto, dentro da meta estipulada pelas autoridades (de até 4,75%). A valorização do real e o choque de preços das commodities, que aumentaram cerca de 20% em 2022 e caíram em 2023, puxaram o índice de preços para baixo, assim como o aumento da oferta de alimentos. O dólar PTAX encerrou o ano em R\$ 4,84, 7,1% menor que a cotação ao final de 2022, que era R\$ 5,21.

O alívio inflacionário permitiu que o Banco Central iniciasse seu ciclo de queda da taxa Selic, com o primeiro corte anunciado em agosto. Ainda que continue alta, a taxa básica de juros da economia começou 2023 em 13,75% e terminou o ano em 11,75%, com mais sinalizações de cortes pela frente.

4. Desempenho Operacional

Em 2023, a geração total bruta da CLWP XI alcançou 77,9 GWh, 6,6% maior da observada em 2022, que foi de 73,1 GWh.

O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 98,2%, 2,2 p.p. superior se comparado ao ano de 2022, que foi de 96,0%.



5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2023	2022	Varição	Varição %
Receita operacional líquida	15.232	16.671	(1.439)	(8,6)
Lucro bruto	9.117	10.947	(1.830)	(16,7)
Margem bruta	59,9%	65,7%		(5,8 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	9.167	10.839	(1.672)	(15,4)
Ebitda (Lajida) ¹	12.367	14.035	(1.668)	(11,9)
Margem Ebitda (Lajida)	81,2%	84,2%		(3 p.p.)
Resultado financeiro	(4.664)	(5.542)	878	(15,8)
Lucro líquido do exercício	3.453	5.116	(1.663)	(32,5)

¹ Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: a redução decorreu, substancialmente, pelo decréscimo do faturamento de energia com a ECV.

EBITDA: a redução é proveniente, principalmente, do decréscimo da receita operacional líquida e do aumento dos custos da energia vendida.

Resultado financeiro: a redução da despesa financeira é proveniente, substancialmente, da redução de juros e variação monetária sobre financiamento, em decorrência da redução dos índices inflacionários.

Lucro líquido do exercício: a redução é motivada pelos efeitos anteriormente citados e pelo acréscimo do imposto de renda e da contribuição social.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2023.

8. Agradecimentos

A Administração de CLWP Eólica Parque XI S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2023.

A Administração



CLWP EÓLICA PARQUE XI S.A.
CNPJ Nº 17.955.471/0001-56 | NIRE Nº 42 3 0005015-6
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.756	13.281
Contas a receber de clientes	5	2.120	2.172
Valores a receber de partes relacionadas	12	75	-
Outros ativos circulantes		657	1.319
		9.608	16.772
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	2.069	1.987
Outros ativos não circulantes		345	-
		2.414	1.987
Imobilizado	7	78.040	81.050
		80.454	83.037
TOTAL		90.062	99.809

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2023	31.12.2022
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	769	703
Dividendos	11	820	1.743
Financiamento	10	4.436	4.264
Outros passivos circulantes		168	330
		6.193	7.040
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	8	467	450
Financiamento	10	64.818	65.997
Provisão para desmobilização	7	1.475	1.259
		66.760	67.706
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	11	14.109	19.472
Reservas de lucros		3.000	5.591
		17.109	25.063
TOTAL		90.062	99.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CLWP EÓLICA PARQUE XI S.A.
CNPJ Nº 17.955.471/0001-56 | NIRE Nº 42 3 0005015-6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	15.232	16.671
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	7	(3.200)	(3.196)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(1.119)	(948)
Serviços de terceiros		(1.102)	(832)
Outros		(694)	(748)
		(6.115)	(5.724)
LUCRO BRUTO		9.117	10.947
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		50	(108)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		9.167	10.839
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		1.457	1.647
Renda de depósitos vinculados		241	213
Juros e variação monetária sobre financiamento	10	(6.180)	(7.242)
Juros sobre fornecedores		(71)	(71)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	7	(50)	(71)
Outras despesas financeiras, líquidas		(61)	(18)
		(4.664)	(5.542)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		4.503	5.297
Imposto de renda e contribuição social correntes	13		
Imposto de renda		(724)	(127)
Contribuição social		(326)	(54)
		(1.050)	(181)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.453	5.116

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.453	5.116
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3.453	5.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CLWP EÓLICA PARQUE XI S.A.
CNPJ Nº 17.955.471/0001-56 | NIRE Nº 42 3 0005015-6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros				
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
	Nota					
Saldos em 31.12.2021		34.617	111	1.581	-	36.309
Redução de capital		(15.145)	-	-	-	(15.145)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.116	5.116
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	256	-	(256)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(1.217)	(1.217)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	3.643	(3.643)	-
Saldos em 31.12.2022	11	19.472	367	5.224	-	25.063
Redução de capital		(5.363)	-	-	-	(5.363)
Dividendos intermediários		-	-	(5.224)	-	(5.224)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.453	3.453
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	173	-	(173)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(820)	(820)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	2.460	(2.460)	-
Saldos em 31.12.2023	11	14.109	540	2.460	-	17.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CLWP EÓLICA PARQUE XI S.A.
CNPJ Nº 17.955.471/0001-56 | NIRE Nº 42 3 0005015-6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	4.503	5.297
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação e amortização	3.200	3.196
Juros e variação monetária sobre financiamento	6.180	7.242
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	50	71
Juros sobre fornecedores	71	71
Renda de depósitos vinculados	(241)	(213)
Outros	(27)	125
Resultado antes dos tributos ajustado	13.736	15.789
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	52	(760)
Valores a receber de partes relacionadas	(75)	-
Outros ativos	(91)	501
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	19	(148)
Outros passivos	(171)	72
Caixa gerado nas operações	13.470	15.454
Pagamentos de juros sobre financiamento	(2.919)	(2.966)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(603)	(361)
Caixa líquido das atividades operacionais	9.948	12.127
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(34)	(387)
Caixa líquido das atividades de investimento	(34)	(387)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	(5.363)	(15.145)
Pagamento de financiamento	(4.268)	(4.071)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	159	125
Dividendos pagos	(6.967)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(16.439)	(19.091)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(6.525)	(7.351)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	13.281	20.632
Saldo final	6.756	13.281
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(6.525)	(7.351)

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 17 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CLWP EÓLICA PARQUE XI S.A.
CNPJ Nº 17.955.471/0001-56 | NIRE Nº 42 3 0005015-6
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CLWP Eólica Parque XI S.A. (“CLWP XI” ou “Companhia”), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 17.04.2013, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Central Eólica Campo Largo XI (“Usina”), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 16,8 MW¹ e garantia física de 8,7 MW médios. Em 02.09.2021, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Campo Largo II, com participação de 4,70%. O Consórcio Campo Largo II é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 25.04.2024.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.



NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros do financiamento, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

d) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

e) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.



h) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

j) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Campo Largo II (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

l) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2023. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50			
Este Pronunciamento substituiu a norma anteriormente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20			
Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria.	01.04.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 22			
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos; e CPC 41 – Resultado por ação.	04.08.2023	01.01.2023	Sem impactos relevantes.



m) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23			
Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24			
Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Sem impactos relevantes.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e depósitos bancários à vista	103	393
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	6.653	12.888
	6.756	13.281

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2023 e de 2022 foi de cerca de 99,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores a receber no montante de R\$ 2.120 (R\$ 2.172 em 31.12.2022) correspondem a contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. (“ECV”), com vencimento em 2039, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2023 e 31.12.2022.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2023, a Companhia mantinha R\$ 2.069 (R\$ 1.987 em 31.12.2022) relativos a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.



NOTA 7. IMOBILIZADO

a) Composição

	31.12.2023			31.12.2022	
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,80%	80.373	(7.077)	73.296	76.170
Edificações e benfeitorias	3,33%	4.432	(344)	4.088	4.235
Direito de uso de arrendamentos		723	(95)	628	644
		85.528	(7.516)	78.012	81.049
Em curso		28	-	28	1
		85.556	(7.516)	78.040	81.050

b) Mutações do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Direito de Uso de arrendamentos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2021	79.158	4.383	660	-	-	84.201
Ingressos	-	-	-	-	188	188
Baixas	(2)	-	-	-	(141)	(143)
Transferências	46	-	-	-	(46)	-
Depreciação	(3.032)	(148)	(16)	-	-	(3.196)
Saldos em 31.12.2022	76.170	4.235	644	-	1	81.050
Ingressos	-	-	-	-	27	27
Reversão de provisão para desmobilização	166	-	-	-	-	166
Baixas	(3)	-	-	-	-	(3)
Depreciação	(3.037)	(147)	(16)	-	-	(3.200)
Saldos em 31.12.2023	73.296	4.088	628	-	28	78.040

c) Provisão para desmobilização

Em 2021, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente é 5,08%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2023 era de R\$ 1.475 (R\$ 1.259 em 31.12.2022), a variação do saldo é decorrente de (i) juros e variação monetária de R\$ 50 registrada no resultado de 31.12.2023 (R\$ 71 em 31.12.2022) e (ii) redução de R\$ -166 por revisão das premissas e estimativas que compõem o cálculo da provisão.

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Central Eólica Campo Largo XI, com capacidade instalada de 16,8 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 12.2019.



NOTA 8. FORNECEDORES

	31.12.2023	31.12.2022
Arrendamentos a pagar	553	539
Fornecedores de imobilizado	263	270
Fornecedores de materiais e serviços	324	252
Encargos de uso da rede elétrica	96	92
	1.236	1.153
Passivo circulante	769	703
Passivo não circulante	467	450
	1.236	1.153

NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2024 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2023	2024	Provável	$\Delta + 25\%$ (*)	Administração
IPCA	4,6%	3,9%	-0,7 p.p.	1,0 p.p.	0,1 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2024.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2023 e os previstos no cenário provável para 2024, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2024. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2024, em comparação com o ano de 2023, caso tais cenários se materializem, são estas:

Financiamento	Saldo em 31.12.2023	Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
IPCA	69.254	432	(584)	(57)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:



	31.12.2023	31.12.2022
Dívida	69.254	70.261
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(2.069)	(1.987)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(6.756)	(13.281)
Dívida líquida	60.429	54.993
Patrimônio líquido	17.109	25.063
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	3,5	2,2

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2023, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2023. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	769	144	144	2.520	3.577
Financiamento	7.151	13.721	13.003	58.684	92.559
	7.920	13.865	13.147	61.204	96.136

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	6.653	12.888
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	103	393
Contas a receber de clientes	2.120	2.172
Depósitos vinculados	2.069	1.987
	10.945	17.440
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	1.236	1.153
Financiamento	69.254	70.261
	70.490	71.414

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).



NOTA 10. FINANCIAMENTO

a) Mutação do financiamento

Saldos em 31.12.2021	70.056
Juros e variação monetária	7.242
Amortização do principal	(4.071)
Amortização de juros	(2.966)
Saldos em 31.12.2022	70.261
Juros e variação monetária	6.180
Amortização do principal	(4.268)
Amortização de juros	(2.919)
Saldos em 31.12.2023	69.254
Passivo circulante	4.436
Passivo não circulante	64.818
	69.254

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2025	4.321
2026	4.321
2027	4.321
2028	4.321
2029	4.321
2030 a 2034	21.607
2035 a 2039	21.606
	64.818

c) Condições contratadas

		Condições de pagamento		
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldos em 31.12.2023
BNDES	IPCA + 4,23% a.a.	12.2039	Mensais	69.254

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta CLWP Brasil II Participações S.A. e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ $\geq 1,30$

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.



NOTA 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2023 era de R\$ 14.109 (R\$ 19.472 em 31.12.2022), representado por 14.108.787 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 14.108.786 pertencem à controladora CLWP Brasil II Participações S.A. e 1 pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. ("ECP"). A ECP é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício. No exercício de 2023, a Companhia distribuiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 820.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2023, a Administração da Companhia está propondo a destinação do valor de R\$ 2.460 do lucro do exercício de 2023 para reserva de retenção de lucros. Estes recursos serão destinados a investimentos no parque gerador da Companhia. No ano de 2023, Companhia destinou R\$ 5.224 como dividendos intermediários, referente a reserva de retenção de lucros constituída no ano anterior.

NOTA 12. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	15.808	18.370
	15.808	18.370
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(576)	(1.699)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15.232	16.671



NOTA 13. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

Em 2023, a Companhia estava enquadrada pelo regime de lucro presumido, porém, no ano de 2022, enquadrava-se no lucro real.

	2023	
	IR	CSLL
Receita operacional bruta	15.808	15.808
% de presunção do lucro	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	1.265	1.897
Receita financeira	1.727	1.727
Base de cálculo	2.992	3.624
Alíquotas	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(748)	(326)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-
Imposto de renda e contribuição social - resultado	(724)	(326)

	2022	
	IR	CSLL
Resultado antes dos tributos	5.297	5.297
Alíquota nominal	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	(1.324)	(477)
Diferenças permanentes		
Depreciação incentivada	1.132	400
Compensação de prejuízo fiscal	65	23
Imposto de renda e contribuição social - resultado	(127)	(54)

NOTA 14. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2023, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 32.910.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até agosto de 2042. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2023, era de R\$ 15.552.

NOTA 15. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjunto Eólico Campo Largo II participa da referida apólice no montante de R\$ 1.933.541 para danos materiais e R\$ 185.952 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2024.

NOTA 16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC. O valor reconhecido no resultado de 2023 foi de R\$ 79 (R\$ 81 em 31.12.2022).



b) Venda e compra de energia entre partes relacionadas

	PASSIVO	RESULTADO
	Fornecedores	Encargos de uso da rede elétrica e conexão
ENGIE	220	-
Gralha Azul Transmissão de Energia S.A.	-	8
Novo Estado Transmissora de Energia S.A.	-	11
31.12.2023	220	19
31.12.2022	184	9

A Companhia mantém contrato com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. (“ECV”), com vencimento em 2039, sendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano. O compromisso futuro deste contrato em 31.12.2023 é de R\$ 458.772. Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas na Nota 5 – Contas a receber de clientes e Nota 12 – Conciliação da receita operacional líquida.

NOTA 17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	2023	2022
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(439)	264
Reversão de provisão para desmobilização	(166)	-
Fornecedores de imobilizado	(7)	(199)



(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023, da CLWP Eólica Parque XI S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa e Financeira

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Talisa Rezzieri
Contadora - CRC SC 036392/O-4

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
CLWP Eólica Parque XI S.A.
Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CLWP Eólica Parque XI S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 25 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F-0



Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O"